



SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL GOIANO

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**Educação e Vulnerabilidade Social no Município de Campos
Belos/GO**

Marly Costa Madureira Dos Santos
Orientador (a): Prof. Me. Ronivaldo de Oliveira Rego Santos

Campos Belos-GO
Agosto/2022

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como área de estudo o município de Campos Belos, interior do estado de Goiás que apresenta um histórico de comunidades que convivem em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, analisar as questões sociais ligadas a origem e a consolidação da vulnerabilidade e de forma que destaque a trajetória da educação no município, a inclusão de programas de ajuda para a comunidade em situação de vulnerabilidade, além de sua prevalência nos dias atuais como meio de enfrentamento à pobreza. Justificam essa pesquisa, portanto, as condições às quais historicamente, Campos Belos vem sendo acometido por sérios problemas sociais, entre eles está um número significativo de crianças e jovens em idade escolar em situação de vulnerabilidade social. Essa condição, embora amenizada, deu o rótulo não só a Campos Belos, mas, a todo o nordeste goiano de Corredor da Miséria (CARVALHO, 2004). Desse modo, tem-se como objetivo geral analisar a questão da vulnerabilidade social em Campos Belos e suas relações com a educação, em concordância os objetivos específicos buscam fazer a discussão teórica-conceitual sobre a questão da vulnerabilidade social e a educação e ainda analisar como Campos Belos se insere nesse contexto de vulnerabilidade social; discutir qual o papel das políticas públicas educacionais no combate à vulnerabilidade social

Palavras-Chave: Educação. Vulnerabilidade. Sociedade. Pobreza. Comunidade.

1. INTRODUÇÃO

O estudo acerca da vulnerabilidade consiste na análise de uma série de situações acerca das condições sociais e estruturais de grupos e como a falta de determinadas formas de assistência e políticas públicas ou ainda a má execução dessas políticas.

Dessa forma, pensar a vulnerabilidade consiste em pensar uma série de condições. Como afirma Janczura (2012), nem mesmo a Política Nacional de Assistência apresenta com clareza uma definição sobre o que seria de fato a vulnerabilidade social. Não obstante às questões terminológicas, o que de fato é importante destacar que só o conceito de pobreza por si só não consegue responder aos problemas de vulnerabilidade.

Como argumenta Silva (2007) quando se analisa a pobreza, o que está em jogo é uma situação presente, enquanto a partir do conceito de vulnerabilidade se pensa em uma situação futura, em um recorte Inter geracional.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo definir uma estrutura conceitual para se pensar vulnerabilidade e, a partir disso, verificar como a vulnerabilidade se expressa na cidade de Campos Belos, interior do Goiás.

Justificam essa pesquisa, portanto, as condições às quais historicamente, Campos Belos vem sendo acometido por sérios problemas sociais, entre eles está um número significativo de crianças e jovens em idade escolar em situação de vulnerabilidade social. Essa condição, embora amenizada, deu o rótulo não só a Campos Belos, mas, a todo o nordeste goiano de Corredor da Miséria (CARVALHO, 2004).

Sabe-se que a educação é um instrumento de grande importância no contexto social ao que estamos inseridos, pois contribui para o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para a vida e para o mercado de trabalho, além de facilitar uma maior compreensão do mundo, proporcionando a todos os cidadãos o desenvolvimento crítico e ativo na sociedade. Desenvolver o interesse pela educação é um processo constante, que começa muito cedo e é direito de todos terem acesso a uma educação pública e de qualidade.

Contudo, essa não é a realidade de toda sociedade, já que, mesmo sendo gratuita, existem outros fatores que dificultam os indivíduos em situação de vulnerabilidade se desenvolverem, pois, essas condições vão se perpetuando. Sendo assim, além das condições precárias existentes, dado que nem todos conseguem comprar material escolar, roupas e calçados para frequentar a escola, esses alunos não desenvolvem habilidades sociais, emocionais, afetivas e cognitivas fundamentais para as atividades e desenvolvimento escolar.

Diante do exposto, faz-se necessário ampliar e educar os olhares do sujeito para a educação e buscar formas de inserir os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade, pois, assim, dando-lhes possibilidades de se transformar em cidadãos mais críticos e preparados para a vida conseqüentemente, espera-se que irá abrir portas para o mercado de trabalho para uma parte significativa dessa população.

Para isso, temos a seguinte hipótese: os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social não desenvolveram as condições sociais, emocionais, afetivas e cognitivas necessárias para desenvolver as habilidades exigidas da escola. Para testar nossa hipótese, temos como objetivo geral analisar a questão da

vulnerabilidade social em Campos Belos e suas relações com a educação, em concordância os objetivos específicos buscam fazer a discussão teórica-conceitual sobre a questão da vulnerabilidade social e a educação e ainda analisar como Campos Belos se insere nesse contexto de vulnerabilidade social; discutir qual o papel das políticas públicas educacionais no combate à vulnerabilidade social.

Esta pesquisa tem como perspectiva uma abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem se caracteriza por ser uma análise que considera aspectos muito específicos, geralmente com uma condição de transformação. Como argumenta Chizzotti (2010, p. 89) esse tipo de abordagem tem, entre outras possibilidades:

é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde o pesquisador e os pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa. No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas.

Considerando que não é a intenção dessa pesquisa uma intervenção direta, mas sim a compreensão dos aspectos contextuais e sociais que constituem um quadro geral sobre o município.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, objetivando uma análise aprimorada da temática a partir da visão de autores conceituados, que analisa o tema profundamente. Para tanto, foi utilizado um levantamento bibliográfico para entender o que dizem os principais teóricos a respeito das representações sobre educação e vulnerabilidade social. Como mostra Trigueiro (2014, p. 22) “[...] pode-se afirmar que a pesquisa bibliográfica visa ao conhecimento e análise das principais teorias relacionadas a um tema e é parte indispensável de qualquer tipo de pesquisa, podendo ser realizada com diferentes finalidades”.

A pesquisa bibliográfica acompanha também da análise documental, que tem como base o uso e análise de documentos legais, como o Plano Nacional de Assistência Social, as Diretrizes Nacionais de Educação; documentos escolares que dizem sobre a situação das Escolas de Campos Belos, Relatórios da Secretaria Municipal de Educação, além dos mapeamentos sobre vulnerabilidade no Brasil e no Estado de Goiás.

Inicialmente a pesquisa possui os seguintes caminhos: a primeira seção faz uma retomada teórica das discussões a respeito de pobreza e vulnerabilidade até os dias atuais. Será feita a contextualização dos documentos legais que fundamentam o combate à vulnerabilidade social e como a educação se encontra como um dos meios mais importantes para o combate e superação da vulnerabilidade social. Finalmente será analisado como Campos Belos se insere no mapa da vulnerabilidade social do Estado de Goiás e como a educação pode ser um dos elementos fundamentais para a superação desse contexto.

Diante disso, espera-se poder contribuir para o esclarecimento sobre como a educação pode ser um meio para superar os problemas não só do presente, mas também do futuro.

2. Exclusão social e vulnerabilidade

A questão da exclusão social é um debate que ainda precisa ser aprofundado e discutido, de maneira mais direcionada ao Brasil. País como inúmeras marcas da desigualdade, ainda hoje não conseguiu solucionar essa questão. Mas, antes de pensar essa questão no contexto brasileiro e goiano é preciso compreender como essa questão vem se desenvolvendo no decorrer dos anos. Um dos primeiros textos a discutir a exclusão social data de 1974, se trata de: *Os excluídos: um em cada dez franceses* de René Lenoir. O autor argumenta que, em função de inúmeras as causas, tais como o processo de urbanização feito de forma desordenada, a inadaptação do sistema escolar, desigualdade de renda e de acesso aos serviços, segregação sócio espacial, entre outros, o estudo do caso francês nos ajuda a compreender os processos de exclusão como um todo. Essa dinâmica afeta sistematicamente o modo como se pensa a exclusão, assim como os detalhes e minúcias (ZIONI, 2006).

Dentre estes diversos fatores é importante conseguir identificar quais as suas semelhanças. Neste sentido vamos nos debruçar mais sobre os seguintes fatores que podem nos orientar a uma melhor compreensão desses processos. Para isso é preciso compreender que a população que se encontra em estado de vulnerabilidade e as que

estão em situação de rua, ambas têm em comum a pobreza, algumas não possuindo moradia.

O contexto no qual a exclusão social se apresenta é fundamentalmente o contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, que acabou produzido inúmeras condições de pobreza e exclusão. Como argumenta Castel (2000, p. 239):

[...] populações flutuantes, miseráveis, não socializadas, cortadas de seus vínculos rurais e que ameaçam a ordem social, seja pela violência revolucionária, seja como uma gangrena. Aliás, essa é uma palavra utilizada no vocabulário da época, uma espécie de contaminação da miséria, da desgraça que infecta progressivamente todo o corpo social.

As formas de exclusão, contudo, vão se alterando com o tempo, na medida em que o próprio desenvolvimento do capitalismo vai tomando novos contornos. Se no século XIX os excluídos eram aqueles que afetavam a ordem social, a partir dos anos de 1970, com o avanço das políticas neoliberais, novas categorias de excluídos foram inseridas no contexto social. Nos últimos anos, várias mudanças ocorreram no plano socioeconômico-culturais, em que estão pautadas no processo de globalização da economia capitalista, além de vir interferindo na dinâmica e estrutura familiar, que acaba possibilitando diversas alterações em seu padrão tradicional de organização (CASTEL, 1991). De forma resumida, Castel (2000) argumenta que, os excluídos passam a ser todos aqueles indivíduos que são rejeitados dos mercados materiais ou simbólicos dos nossos valores.

Como percebe exclusão social tem sentido temporal e espacial: sendo assim um grupo social é excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do país ao qual pertence. Um país tem pobreza quando existe escassez de recursos. Pode-se ter como exemplo a se observar o Brasil que em termos econômicos não é um país pobre, e sim um país desigual, com má distribuição de recursos e oportunidades. Desse modo,

No Brasil, o conceito de exclusão social nas ciências humanas aparece quase sempre relacionado à desigualdade de renda. A exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista no país. Vêras (2001) ressalta que os processos sociais excludentes estão presentes desde os tempos coloniais (população, indígena e negra), contudo, tornaram-se mais intensos

durante o período militar. Para a autora, a exclusão é a consequência do desejo da burguesia de subordinar o social ao econômico. O resultado é o controle dos dominados por meio da lógica de poder dominantes-dominados (COSTA, IANNI, 2018, p. 81).

Assim, para falarmos deste fator e melhor compreensão pelos seus aspectos, precisamos também falar da família que segundo Gomes e Pereira (2005), é o espaço fundamental para a garantia da sobrevivência e proteção, independentemente do arranjo familiar ou da forma em que vem se estruturando.

Essas vulnerabilidades acometidas pela falta de condições financeiras acabam por atingir toda a estrutura econômica, e afetiva da família, tendo como ponto de partida a precariedade do trabalho e a fragilidade do vínculo social que se sucede com povos já marginalizados e com pouco acesso a elementos básicos para a sobrevivência. Em um convívio com um grupo de pessoas onde todos vivem a mesma situação econômica com as mesmas insuficientes oportunidades, pode acabar por tornar a convivência estressante e o vínculo afetivo frágil.

A família como um todo, é um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, há dificuldade em definir família, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Aquilo que se chama de “sentimento de família” (AMARAL, 2001), que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar.

Entretanto, para Castel (1991) a questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social. É necessário ressaltar a urgência da mudança do padrão em relação à implementação de programas sociais mais consequentes e que visualizem sempre à família como alvo, não descontextualizando seus membros.

Sendo essas famílias as verdadeiras potências de políticas públicas eficazes, já que a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos. As consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar.

Segundo o IBGE (2003), no país, existem cerca de 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e destas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza. A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra ligada diretamente à miséria estrutural, em que acaba sendo agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. A injustiça social complica o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar.

Porém todo esse estado relatado anteriormente não pode ser atribuído a penas a situação econômica atual, ou as chamadas “crises”, já que independentemente disso a receita e os recursos financeiros do país continuam crescendo e o que acontece na verdade é uma má distribuição dos recursos.

Todos estes já citados contribuem com as negligências que acabam favorecendo que indivíduos constituintes deste recorte aceitem trabalhos em situações precárias para dar e obter o mínimo de recurso possível para ajudar no seu modo de vida. Como foi ressaltado por Castel (2000, p. 250) no seguinte parágrafo:

Esse processo de precarização do trabalho toca de forma desigual as diferentes categorias sociais. Afeta principalmente os trabalhadores, e dentre eles os poucos qualificados, mais do que os executivos por exemplo, mas é preciso dizer que há também um desemprego para os quadros superiores, quer dizer que ninguém escapa a essa reestabilização das situações de trabalho.

Apesar deste ser um recorte importante, não é o único qual deve ser abordado. Ainda nesta nuance é preciso ressaltar como o trabalho é um componente importante para a inclusão de certos povos e como este pode ser um fator de transformação social que permite que a inclusão de pessoas que se encontravam antes em estado de vulnerabilidade

Segundo Jannuzzi (2001), quando se trata de pensar a questão da vulnerabilidade social, um único indicador acaba não sendo outra coisa senão uma medida quantitativa, em muitos casos, descontextualizada. Contextualizado, esses indicadores podem colaborar para uma leitura dos problemas mais amplos da sociedade, uma vez que, no contexto da garantia pelo mínimo de dignidade, é preciso conhecer os números da desigualdade. Esses indicadores, portanto,

[...] se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais, nas diferentes esferas do governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público, sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI,2001, p.15).

Diante disso, pode-se observar que são várias as maneiras de se analisar e classificar os Indicadores Sociais. Conforme Jannuzzi (2011) os mais comuns são Demografia, Saúde, Educação, Mercado de Trabalho, Qualidade de Vida, Habitação, Infraestrutura Urbana, Segurança e Justiça, Renda e Pobreza e Meio Ambiente.

Mas, novamente, os dados por eles mesmos não respondem ao conjunto de questões e problemas que se destacam como sendo os principais, como por exemplo, os problemas estruturais que historicamente afligem e afetam as populações mais carentes. É preciso compreender de modo global essas estruturas.

Por isso mesmo, quando se fala de vulnerabilidade não há como não pensar nas condições desiguais de acesso e até mesmo no modo como as pessoas são afetadas, inclusive em suas escolhas. Para compreender essas condições convém destacar que, que não se trata simplesmente de uma questão financeira

Ao se falar em vulnerabilidade social, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, se caracteriza por expor famílias a fatores de risco, que colaboram para que seus membros padeçam de perturbações psicológicas. Assim, a vulnerabilidade social pode estar presente em uma única família ou em uma comunidade inteira (CARARA, s/d, p.3).

Mais do que isso, está em jogo a construção de uma série de fatores psicológicos que vão interferir e determinar uma série de outras condições: “Vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontram, muitas em condições precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde” (CARARA, s/d, p. 3). Como se percebe, as condições de vulnerabilidade atingem todas as áreas da vida das pessoas e dos grupos, desde a mais tenra idade.

Daí a importância de compreender o conceito à vulnerabilidade como um conjunto de ações articuladas entre os setores de educação, de assistência social, da saúde, entre outros. Essa perspectiva interdisciplinar abre portas e possibilita que se efetive políticas

mais amplas, políticas que, como destaca Jessé Souza (2009), não estão atreladas às condições tradicionais de análise e interpretações da realidade social somente a partir da questão econômica.

Nesse sentido, é preciso não só pensar em termo de assistência ou assistencialismo, mas entender que é fundamental, para contextos como o brasileiro, que a assistência social é importante, uma vez que ela supre algumas dificuldades que, correlacionada com o acesso à educação, podem se tornar mecanismo para políticas não de assistencialismo, mas de equidade.

Como se pode observar nas próprias Diretrizes Nacionais da Educação também é fundamental estabelecer práticas que tendam a minorar os efeitos, os prejuízos educacionais de pessoas em situação de vulnerabilidade, com fins a se constituir ações pedagógicas que visem a equidade. Isso também pode ser pensado a partir das metas e estratégias que formam o Plano Nacional de Educação.

3. Vulnerabilidade social em Goiás e em Campos Belos

Diante do cenário exposto, o presente trabalho discute também a vulnerabilidade social no município de Campos Belos, Goiás e como está ligada não apenas a fome, mas também, os impactos que isso causa na educação e no desenvolvimento pessoal e dos grupos vulneráveis.

Conforme expõem Macêdo e Lima (2018), as cidades, ou regiões goianas possuem muitas diferenças no quesito desenvolvimento humano e nas atividades econômicas. O que prevalece é o fator agrário, com poucas zonas de desenvolvimento tecnológico e industrial. Apenas as cidades mais próximas da capital podem contar com esse desenvolvimento, as demais dividem um ou outro quesito com a mineração, com agricultura e pecuária de pequeno porte.

O estado de Goiás é marcado por grandes diversidades regionais. Isso é resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, assim como de diferentes modos de vida, de estabelecimento, de relações sociais e de expressões culturais (MACÊDO; LIMA, 2018, p.15).

A cidade de Campos Belos, historicamente, sofre com uma série de problemas estruturais, que, como mencionamos antes, colocou-a no centro de uma região do estado de Goiás cuja situação é das mais complexas. Campos Belos é uma cidade do Nordeste Goiano com aproximadamente 20 mil habitantes. Situada em uma das regiões mais afetadas pela pobreza e pela desigualdade, durante muito tempo foi considerada a principal cidade do, então, chamado corredor da miséria do estado de Goiás. Isso porque Campos Belos não só é a maior cidade da região, com maior número de habitantes, mas também porque retém o comércio regional. A cidade conta com três bancos, muitas lojas e supermercados, uma unidade da Universidade Estadual de Goiás, dois polos de faculdades a distância, muitos colégios e escolas. Sendo assim, todas as demais têm sua população circulando em Campos Belos, por vários motivos, sejam eles por motivos educacionais, trabalhistas ou outros. Porém, mesmo com a inserção de universidades e a melhoria nos números educacionais, Campos Belos ainda possui muitas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A própria localização da cidade, nessa região afastada da região metropolitana, acabou por produzir um certo esquecimento no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas mais básicas. Diante disso, e considerando que a educação é um mecanismo fundamental para diminuir a desigualdade e combater a vulnerabilidade, é se propõe essa pesquisa.

Kaztman (2000 *apud* MACÊDO, LIMA, 2018) demonstra quais aspectos devem ser observados para mensurar o nível de vulnerabilidade social de um domicílio, tais quais os ativos posicionais que os domicílios têm disponíveis e quais as forças exógenas e endógenas que os influenciam.

Macêdo e Lima (2018) lançam mão de dados obtidos no Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 2010. Segundo eles, o Atlas é uma plataforma de consulta ao IDHM dos municípios brasileiros, que ilustra mais de 200 indicadores relacionados à demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, extraíndo dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Dessa forma, o estudo desses autores se deu a partir de 68 variáveis do referido Atlas, agrupando os municípios do estado de Goiás no ano de 2010, em cinco diferentes grupos. Esses autores utilizaram-se do método

As 68 variáveis analisadas podem ser subdividas em 5 grupos, de acordo com as características que essas buscam medir, quais sejam: demografia, educação, concentração de renda, mercado de trabalho e estrutura dos domicílios. Cada grupo de municípios, de acordo com suas características, irá se destacar positiva ou negativamente em um ou outro desses grupos de variáveis (MACÊDO; LIMA, 2018, p.13).

Macêdo e Lima (2018) levaram em conta as semelhanças que os municípios possuem entre si relacionadas aos aspectos reveladores da vulnerabilidade social presente entre seus habitantes e não as características geográficas ou demográficas. Assim sendo, o grupo 1 engloba 75 municípios, no grupo 2 inserem 23, o grupo 3 contém 80, o grupo 4 formou-se de 19 e o grupo 5 conta com 49 municípios. Dentro desses grupos, Campos Belos está abarcado pelo grupo de número quatro, ou seja, o de semelhança entre dezenove municípios, sendo um entre esses.

No grupo 4, estabelecido por Macêdo e Lima (2018), há municípios que se localizam próximo à região metropolitana e há outros bem distantes. Entre os três (3) que se localizam na Chapada dos Veadeiros está Campos Belos, que se estabelece entre os quatro do grupo com população entre 10 e 20 mil habitantes. Segundo a pesquisa desses autores, a população e a localização destes municípios permitem aos seus habitantes muitas oportunidades de trabalho. “A taxa de atividade de pessoas com 18 anos ou mais é a maior verificada quando comparada com os demais grupos” (MACÊDO; LIMA, 2018, p.23). Isso também os autores afirmam sobre registro em carteira de trabalho. E, de acordo com o estudo, o setor econômico que mais emprega é o da construção civil, acompanhado pela prestação de serviços, tendo os maiores percentuais do estado. E consta que esses são os municípios com o menor percentual de trabalhadores no setor público, sendo esse um dos motivos apresentados por (MACÊDO; LIMA, 2018, p.23) o fator da baixa oferta de serviços públicos causador das vulnerabilidades verificadas neste grupo. Ou seja, falta política pública de atendimentos a essas pessoas que se encontram nessa linha de vulnerabilidade.

No tangente ao cerne deste trabalho, a educação como reflexo da vulnerabilidade e como meio de dela se esquivar, a pesquisa dos autores supracitados esclarece que no grupo 4, onde se insere Campos Belos, foi verificada a menor expectativa de estudo da população, a menor taxa de pessoas entre 6 a 17 anos sem atraso no ensino básico e a menor taxa de frequência líquida do Ensino Médio. Mas, nesse grupo verificou-se

também a maior taxa de frequência líquida do ensino fundamental. O estudo esclarece, ainda que a taxa de mulheres sem o Ensino Fundamental completo, com filhos, chefes de família, e, também que há frequência de mulheres-mães entre 15 e 17 anos.

Os estudos do Instituto Mauro Borges, do ano de 2013, com o objetivo de levantar a vulnerabilidade juvenil em todo o estado de Goiás, organizando os índices por cidade e estabelecendo critérios (variáveis) especificados no quadro abaixo. Demonstrando os números para Campos Belos. O estudo do índice de vulnerabilidade, dessa vez utilizou os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), referindo-se à faixa etária de 15 a 29 anos, conforme considera como jovem a Lei 11.129/2005. O estudo estabeleceu o índice considerando as estatísticas disponíveis e os elementos determinantes para a situação de risco juvenil. As variáveis são: não incidência de gravidez, renda, nível de instrução (Formação), taxa de frequência à escola (Acesso à educação), inserção formal no mercado de trabalho (Trabalho formal), atividade de estudo e/ou trabalho e violência. O indicador apresenta valores entre 0 e 100, em que zero corresponde ao município com menor vulnerabilidade e 100 o de maior.

Assim, verificamos a cidade foco deste trabalho, em um quadro da página 52 do documento do IMB (2013):

Tabela 1: Índice de vulnerabilidade juvenil em Campos Belos

IVJ	48,80
Não gravidez	88,92
Acesso à educação	87,98
Renda (R\$)	476,45
Estudo e/ou trabalho	64,53
Formação	67,18
Trabalho formal	42,30
Violência	96,46

Elaborada pela autora, com base em IMB, (2013).

Verificamos, pela tabela acima, que o índice de vulnerabilidade, na cidade de Campos Belos, 48, 80% é alto, visto que alcança quase a metade do indicador. No quesito estudo e/ou trabalho é bem avançado, tanto quanto no item formação. Esses são os pontos que nos levam a construir e à reflexão feita neste trabalho.

A busca para compreender como esses índices podem ser tão importantes para definir as falhas e buscas no contexto estudantil, a tabela mostra como é preciso um destaque em métodos que transformem o acesso à educação mais fácil e de uma convivência que se encaixe melhor com a diversidade da rotina de cada aluno, uma vez que alguns índices como de renda e não gravidez se mostram como possíveis problemas que atrapalham a rotina escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como o ambiente escolar é rico em sua variedade e nas questões que podem surgir de acordo com a realidade do aluno é importante para que o professor consiga aplicar suas atividades e caracterizar seu trabalho de acordo com as necessidades que forem surgindo, para incluir isso na nossa realidade foi preciso que um trabalho de pesquisa mostre como a cidade de Campos Belos lida com a porcentagem no Índice de Vulnerabilidade e esse procedimento trouxe à tona uma realidade que por muitas vezes é ignorada.

Apesar de não ser uma cidade tão grande quanto as capitais, Campos Belos é uma cidade referência para muitas outras cidades na região e deve trazer em seu desenvolvimento a busca por enriquecer o sistema de ensino, assim como foca muitas vezes em outros sistemas como o político e o de saúde.

Mas a realidade acaba se chocando com os planos que são por muitas vezes teóricos, em quais condições a vulnerabilidade é estudada, avaliada e a busca por corrigir isso realmente acontece é o que se espera em visualizar diariamente, mas o impacto disso nas escolas precisa ser explanado e conceituado de acordo com cada referência disponível.

Dessa forma, a partir da realização deste trabalho temos um ponto de vista importante para que a cidade consiga manter seu crescimento constante e avaliar sua percepção do sistema da educacional com os olhos de quem realmente passa por essa situação de vulnerabilidade.

5. Referências

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza, 2001.

BRASIL. **LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm. Acesso em julho de 2020.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

CARVALHO, G. L. **Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no nordeste goiano**. Curitiba: Anais do ENTBL. 2004.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore et al (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EUC, 2000.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). **Saúdeloucura**, v. 4: grupos e coletivos. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, M.I.S., IANNI, A.M.Z. *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122 p. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/a-vulnerabilidade>, acesso em 17 de abril de 2022

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Cidades e estados-Campos Belos-GO**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/campos-belos.html>. Acesso em: agosto de 2021.

IMB – Instituto Mauro Borges. **A Vulnerabilidade Social nos Municípios Goianos**.

Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/a-vulnerabilidade-social-dos-municipios-goianos.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2021.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? In.: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JANNUZZI, P. M. **indicadores sociais no Brasil**. Campinas-SP: Alínea, 2001.

MACÊDO, Murilo Rosa; LIMA, Alex Felipe Rodrigues. **A Vulnerabilidade Social nos Municípios Goianos**. Goiânia (GO). Instituto Mauro Borges, 2018

SILVA, Algéria Varela da. **Vulnerabilidade Social e suas Consequências: o contexto educacional da juventude na Região Metropolitana de Natal**. In: 13º ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE – Maceió – AL, 2007. Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/rm_natal/artigo/artigo16.pdf >. Acesso: novembro de 2021.

SOUZA, Jessé et al. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRIGUEIRO, Rodrigo M.; RICERI, Marilucia; FREGONEZE, Gisleine Bartolomei; BOTELHO, Joacy M. **Metodologia Científica**. Londrina: Editora Educacional, 2014.

ZIONI, Fabiola; **Exclusão Social: Noção ou Conceitos?**. 2006, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vVtTFKpjB8yxvhp3d57yHFc/>. Acesso em: janeiro de 2022.